

GLOBALIZAÇÃO, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA SOCIAL:

Uma reflexão sobre as possibilidades deste País.

José Ricardo Tauile *

Introdução

O Brasil está sendo seduzido/empurrado avassaladoramente em direção à globalização. Deixado ao sabor das ondas globalizantes, este País continuará sendo paraíso da pilhagem e da espoliação. E isto debaixo de nobres bandeiras como por exemplo a luta contra o tráfico de drogas ou a “preservação” (ambiental?) da Amazônia.

Anuncia-se profética e/ou apocalípticamente a chegada irreversível da era da globalização, supostamente benéfica a todos (pelo menos os que a defendem). Uma espécie de 1808 (abertura dos portos) revisitada, ampliada e “modernizada” em sua concepção, devido ao correr inevitável, e particularmente acelerado do “tempo moderno”. Quem ganha, o quê, com isso? Quem perde? O quê? Naquele limiar do século XIX, ganharam os ingleses (naturalmente), os traficantes (quem diria!...) e, por fim, a Coroa (pelo menos por algum tempo), fora os legados (vide Caldeira, 1995 e Ribeiro, 1996). Mas agora, quase no limiar do século XXI, qual o estado das coisas?

Em 10 de maio deste ano, os principais jornais franceses publicaram um manifesto assinado por mais de 120 importantes economistas daquele País, repudiando, e insurgindo-se contra o “pensamento único” nas chamadas ciências econômicas. Ou seja, não é apenas aqui que a onda neoliberal está em marcha, demonstrando uma avassaladora intolerância com aqueles que se atrevem a questionar os rumos impostos pelo projeto globalizante, cujo epicentro não é na França, e muito menos aqui.

Por estas bandas, executivo e legislativo fazem malabarismos mirabolantes para mudar as regras do jogo institucional (algumas delas em meio ao próprio jogo), de modo que o País e, em particular, sua economia se enquadrem nos ditames neoliberais da globalização, consenso de Washington, ou, como quer que

* Professor titular do Instituto de Economia da UFRJ.

chamem. Sustento que, apesar de uma eventual inevitabilidade da globalização, a forma com que, no caso, o País nela se inserir poderá provocar efeitos bastante diversos, e particularmente antagônicos no curto e no longo prazo.

Pretendo aqui estimular uma reflexão crítica a este processo de lançamento da sociedade brasileira, através de miríades de ilusões, nos tentáculos da globalização. Tomarei como referência de observação e análise os ângulos do regime de acumulação e dos padrões de produtividade (o que alguém poderia chamar sinteticamente de “regime da produtividade”¹). E, como ponto de partida, em elemento fundamental e cada vez mais sacralizado da economia capitalista: o mercado.

Para melhor compreensão do argumento que será desenvolvido aqui, alguns esclarecimentos e certas precisões sobre este ente, se fazem necessários. Exatamente plástico e flexível, tende a crescer contínua e vigorosamente, e se transforma qualitativamente ao abrir, ocupar e incorporar, em sua dinâmica, novos espaços para acumulação capitalista. Particularmente neste último quarto de século XX, esta ocupação tem sido fervilhante, com os mercados internacionais se interpenetrando e crescendo exponencialmente. Entre os principais fatores de dinamismo estão, justamente, a revolução tecnológica que ora vivemos, nucleada pelos desenvolvimentos convergentes das novas tecnologias de informação (biotecnologia e novos materiais, inclusive), e a inerente, e conseqüente, mutação da base técnica, do aparato produtivo e de seus produtos.

O crescimento industrial do Brasil, em grande parte, deu-se em função da proteção comercial de seus mercados internos. As estratégias de sobrevivência que a determinam, bem como as oportunidades de acumulação que se abriram e foram aproveitadas (inclusive por muitos agentes inter/multinacionais) ao longo do processo de substituição de importações, propiciaram uma dinâmica vigorosa que se esgotou no início dos anos oitenta, por conta de seus próprios vícios. Vícios estes agravados pelo fato de que, na acelerada industrialização das últimas décadas, apostou-se miopemente muito mais na demanda reprimida efetiva (com resultados de curto prazo), deixando-se de lado a demanda efetiva potencial (que implica visar e fertilizar os resultados de longo prazo). Isto - não construir o futuro através de um presente menos desigual - com o correr do tempo, foi fatal para o modelo “milagroso” que, (in)justamente, derivava seu dinamismo do pólo mais “forte” desta desigualdade. A severa crise desse início dos anos oitenta ressaltou, pelo menos, duas ordens de problemas muito graves: um descontrolado processo inflacionário e a estagnação da demanda, advinda destes vícios do modelo. Havia

¹ Ver meu texto “Contrato Social e Base Técnica” (in Estratégias Empresariais na Indústria Brasileira, Castro, A. Possas, M., e Proença, A., orgs, Forense, 1996). Ao lê-lo, Pedro Cláudio Cunea Bocaiuva entendeu que, entre outras coisas, eu falava de “regime de produtividade”.

se instalado no País um arremedo de “fordismo”, “capenga” por conta da atrofia da “relação salarial”, ou relação capital/trabalho, se preferirem (ver Tauile, 1990).

O início dos anos noventa, por caminhos erráticos, testemunhou a estabilização da moeda brasileira por um período que já dura quase três anos. Esta estabilização, que interpreto antes de tudo como um retorno ao estado de confiança (econômico e político), valeu-se justamente da abertura dos mercados como uma espécie de referência externa e universal para a determinação dos preços dos produtos (*tradebles*, em particular). A abertura dos mercados é vista e vendida assim, por muitas razões, como uma panacéia que deve incluir todos: os participantes, os excluídos e os entrantes.

Será este mesmo um abrangente jogo de soma não zero e positivo e, em particular, nosso caso atual? É o que pretendo discutir a seguir. Quero lembrar desde logo, entretanto, que o discurso neoliberal, adotado pelos principais países desenvolvidos, em favor da abertura dos mercados, não representa de fato a sua prática. Frequentemente vê-se situações em que o que se exige dos (ou se critica nos) outros não é a mesma coisa que se defende para si. Algo como “pimenta nos olhos dos outros é refresco...”.

O Mercado

Mercado é meio básico onde nasce, se desenvolve e floresce, em incessante mutação, o *capitalismo*. A lei fundamental que rege o mercado é a troca de equivalentes, no ato mercantil (da compra/venda). Se não houver equivalência, pode-se em princípio depreender que: ou o mercado está distorcido, enviesado por qualquer razão, ou não há mercado (é, por exemplo, um assalto, o pagamento de um resgate, a reparação de uma guerra, a alimentação de um escravo, etc).

A equivalência tem, para cada um dos agentes, pesos determinados por valores distintos, ponderados com maior ou menor intensidade e que, conseqüentemente, implicam racionalidades distintas na decisão mercantil de cada parte. Não custa lembrar que a relação entre os benefícios de curto e os resultados de longo prazo não é, necessariamente, direta e linear. Lucros no curto prazo podem, perfeitamente, implicar prejuízos adiante, e vice versa.

O ato mercantil é também, vale dizer, uma troca de excedentes (“naturais” ou “forçados”), e a forma, ou o modo de produzir o excedente econômico pode ser, por diferentes razões, mais ou menos apropriada ou determinante, em cada caso específico. Novamente, pesos e valores distintos resultam daí, além evidentemente, da própria capacidade que o agente (vendedor ou comprador) tem de impor as suas condições (ou aquelas que lhe forem mais favoráveis) ao ato

mercantil.

No mercado moderno, o dinheiro, antes de mais nada, assume a função de equivalente geral na troca de mercadorias (um instrumento fundamental como facilitador e catalisador do comércio). A moeda corrente é um símbolo local, e às vezes, internacional dos valores de referência mercantil. E a chamada divisa (forte) é a moeda corrente nacional tornada capaz, direta ou indiretamente, de confrontar, ou se relacionar, com outras moedas correntes nacionais. A existência de um sistema monetário estabilizado e a consolidação de uma economia, são condições necessárias para que sua moeda possa funcionar como divisa.

A chamada “troca desigual”, no sentido definido pelos economistas estruturalistas cepalinos, é aquela que, apesar de equivalência inerente ao ato da troca comercial, implica a posterior e sistemática deterioração de um lado, e de outro, o sistemático fortalecimento dos poderes de barganha determinantes daquela transação, que tendem, assim, a se perpetuar, exarcebando sua polarização. No embate tipificado simbolicamente pela troca de suco de laranja exportador por computador importado, confrontam-se vantagens comparativas estáticas (recursos naturais abundantes e mão-de-obra barata, por exemplo), e vantagens comparativas dinâmicas, com predomínio natural destas últimas, no tempo. Isto, por serem estas *construídas* (como a capacidade de desenvolvimento tecnológico de um país) e, por isso mesmo, passíveis de serem renovadas e atualizadas contínua e *sinergeticamente*, como, aliás, vem fazendo nas últimas décadas a economia japonesa.

As formas dominantes que a moeda assume (metal precioso cunhado, papel impresso, crédito digitalizado, etc.) dependem da prevalência dos modos de transação dominantes numa estrutura econômica e/ou numa circunstância histórica. O predomínio de uma base técnica tende a induzir a adoção generalizada de uma forma equivalente (o surgimento da imprensa implica a difusão do papel moeda, por exemplo). O dinheiro eletrônico hoje, já é uma realidade, em franca expansão. De qualquer modo, a capacidade de manipular e melhor se aproveitar destas formas dominantes é um fator/vetor importantíssimo no processo de apropriação do excedente gerado na área de influência desta moeda. Para a “sorte” paradoxal da economia brasileira, o processo superinflacionário gerou uma reação altamente satisfatória em termos de operatividade e desempenho técnico do sistema financeiro. A automação do sistema bancário brasileiro nada deve aos do Primeiro Mundo e, diga-se de passagem, foi tornada viável, concebida e produzida com recursos nacionais (*hard, soft* e financeiros).

Uma segunda lei a mencionar, é a imperiosa exigência da contínua expansão

do mercado capitalista. Uma espécie de neguentropia. É como se houvesse uma “compulsão genético/orgânica” para a crescente incorporação de novos agentes, sejam eles centrados no (ou articulados no interior do) próprio mercado, isto é, um mercado que cresce endogenamente a partir de sua própria dinâmica, pela incorporação direta de atores que a ele estejam próximos (geográfica, cultural ou economicamente); sejam eles externos, neste caso pela interação (comércio) com outros mercados.

Do ponto de vista interno, como exemplo do primeiro caso, os primeiros três quartos deste século assistiram à ascensão, auge e queda de um modo capitalista de produzir, distribuir e acumular riquezas: o “fordismo”, que muito beneficiou a economia americana e as outras economias desenvolvidas ocidentais a constituírem o chamado “primeiro mundo”. Trouxe, por assim dizer, uma força dinâmica endógena moderna e superior (à época) ao sistema capitalista de produção, apropriação e distribuição de excedente.

... os ganhos de produtividade resultantes ... (do fordismo)... tinham sua contrapartida, de um lado, no crescimento dos investimentos financiados pelo lucro e, de outro, no crescimento do poder de compra dos trabalhadores assalariados. O resultado era... que os mercados para a produção de bens de consumo e de produção cresciam paralelamente à produtividade (Lipietz, 1996).

As forças que compelem a acumulação de excedente econômico não atuam somente no âmbito de uma economia capitalista. Ao participarem de relações econômicas internacionais (com outros países), economias nacionais defrontam-se, por definição, com a possibilidade de acumularem um excedente adicional àquele produzido e apropriado no âmbito estritamente interno a elas. A antítese é, também, verdadeira: um excedente potencial produzido, pode não se realizar, ou até se dilapidar, se as condições deste ato mercantil internacional lhe forem desfavoráveis.

Ao adotarem práticas mais produtivas, tais países do primeiro mundo, ou suas economias internas, que seus governos apoiam e representam, apresentam-se em condições vantajosas para negociarem e efetuarem as trocas internacionais, sejam elas estritamente capitalistas em um mercado razoavelmente homogêneo em termos de poder, ou onde prevalecem as chamadas “trocas desiguais” (tais como a simbólica troca/comércio do suco de laranja pelos produtos *high tech*), ou mesmo em transações coloniais de cunho pré-capitalista.

Trata-se aqui, em última instância, da apropriação internacional de excedente econômico (transfronteiras nacionais) que antecede, mas acompanha a, e é interdeterminada pela, história da evolução do capitalismo ao longo dos últimos quase seis séculos. Se as trocas e a apropriação de excedente em âmbito internacional já estavam lá, na essência da própria constituição do capitalismo produtivo, muito mais agora (incomparavelmente mais agora) onde agentes multi ou transacionais condicionam suas operações em função do chamado processo de globalização, tornado viável pelo desenvolvimento e difusão acelerada de novas tecnologias de informação, as quais possibilitam a operação deste megamercado globalizado (o mercado dos mercados), agora durante as 24 horas do dia, ininterruptamente.

Como disse acima, a tecnologia monetária (física ou sistêmica) para participar deste mercado, existe no Brasil em padrão primeiro mundo e foi construída, basicamente, com recursos nacionais (inclusive financeiros) e não como decorrência de se ter liberalizado o mercado de então. Mais do que meramente ter a tecnologia manifesta nos equipamentos e sistemas de automação bancária, temos também a tecnologia de produção e projeto. Ou seja, sabemos produzir e projetar tais equipamentos e sistemas, empregando trabalhadores de alta qualificação e bem remunerados. Como decorrência do argumento que se seguirá adiante, sugiro que este tipo de competência seja estendido e aplicado ao serviço público no Brasil. Poder-se-ia, no espírito do que propomos, criar e estimular uma discussão participativa exemplar, para decidir como fazê-lo, promovê-lo e acelerá-lo.

Admita-se agora que a globalização é inevitável. Muito bem. Mas cabe, então, uma importante pergunta. Vamos trocar o quê com o quê? Cuícas por berimbaus? O que temos de valor para oferecer ao entrar nas transações globalizadas? As mercadorias aqui produzidas? Qualidade internacional - seja em termos de durabilidade e confiabilidade do produto fabricado, seja em termos das especificações de mesmo - via de regra, elas não têm. Quando têm (e à custa de bastante esforço), também via de regra, ocupam nichos particulares de mercado que, quando estão localizados geograficamente no primeiro mundo, são de produtos distantes da fronteira tecnológica. Repito: falo da regra e não nas exceções.

Mais uma questão pertinente. Ainda quando conseguimos competir em preço, resta saber, por sinal, a que taxa de exploração de recursos humanos e naturais isto se dá? Ainda que não se trate, de maneira evidente, de uma competitividade alcançada espuriamente, e um produto aqui fabricado tiver preço competitivo internacionalmente (*coeteris paribus*), devemos nos perguntar, de um lado, quanto tempo de trabalho uma pessoa envolvida com o respectivo processo de trabalho lá seria necessária para poder comprar o referido bem e, por outro lado, comparar com quanto tempo a correspondente pessoa no Brasil teria que trabalhar para alcançar o mesmo objetivo (digamos, um soldador de uma linha de montagem, ou

uma secretária de um escritório).

Em outras palavras, o nosso sistema de preços de bens (e serviços) foi estabilizado aos níveis internacionais, e isto se deu em parte por ter sido “plugado” aos principais mercados externos. Ou seja, o preço de um produto não deve ser maior que o praticado no mercado globalizado, ao qual está agora ligado, sob pena de não ser vendido. Não obstante, o valor ou o custo do fator trabalho aqui, ainda está muito aquém dos padrões internacionais vigentes no chamado primeiro mundo.

A verdade é que, para sermos “aceitos” na globalização (mas excluídos do seu núcleo dinâmico e/ou hegemônico), só podemos oferecer nossas riquezas naturais, ou aquelas construídas na forma de nossas melhores empresas estatais, ou ainda as concessões para explorar os serviços públicos (atuais e futuros, estes, aliás, muito promissores), antes caracterizados como “monopólios naturais”. Isto para não falar da espoliação dos nossos trabalhadores, o que parece ser um pressuposto básico, como visto no parágrafo acima.

Tecnologias de informação e inteligência social

O que significa estar à altura dos padrões contemporâneos de eficiência produtiva? Brevemente, aqui entram as tecnologias de informação (TI) tanto no que se referem à possibilidade que criam de comunicação muito mais eficiente, e em tempo real, entre as várias instâncias da firma e de sua relação com o mercado (cada vez mais dinâmico e diferenciado), como também à possibilidade de desenvolvimento e difusão de tecnologias de automação flexível (TAF), capazes justamente de se ajustar com presteza, para atender à rápida mutação e variabilidade do mercado (Tauile, 1989).

Mas, estar na fronteira internacional da eficiência produtiva é também adotar as novas tecnologias de organização social da produção (TOSP) do capitalismo contemporâneo, aquelas onde a palavra, ou melhor, o conceito de parceria, torna-se chave fundamental (*idem*). Atenção: tratam-se de parcerias de fato, ou seja, embasadas por compromissos de longo prazo e com credibilidade efetiva entre os agentes, e não apenas “receitas de bolo” que podem ser aplicadas “mecanicamente” para determinar, ou obrigar (com eficácia altamente duvidosa) uma determinada performance de atividades do trabalhador ou seu engajamento compulsório aos objetivos da firma.

A questão, em essência, é minimizar os atritos na base (dos agentes econômicos circunscritos a uma unidade de análise, como a firma, a

economia, a região, etc.), para melhor se desempenhar em instâncias mais agregadas (Tauile, 1993). É por exemplo, ser capaz de competir em níveis qualitativamente superiores do sistema de mercados, ou como pretendo argumentar em seguida, de prover um elemento de riqueza social, pela geração de uma dinâmica de transformação sistemática do *necessário* em *possível*. Pode-se até argumentar que uma medida da inteligência social seja esta capacidade de transformação do necessário em possível (e não meramente do supérfluo em desejável, ou em “necessário”).

As tecnologias de informação e as mercadorias intensivas em inteligência têm uma outra propriedade, qual seja, a de abrir os novos espaços de acumulação que circunscrevem o núcleo dinâmico do capitalismo contemporâneo. Tanto informática como telecomunicações, como segmentos technoindustriais afins convergem, deixando, no caso, a respectiva base técnica de ser um delineador de fronteiras industriais. Ao contrário, e muito mais do que isto, são novos e muitos os espaços que se abrem pela nova mídia digital que descortina o imenso horizonte da virtualidade à sua frente.

Muito mais do que a revolução industrial, a revolução digital mudará os modos de produção, os regimes de acumulação, as formas de trabalho e os modos de vida. E é aqui que se abre uma das importantes brechas a seguir. A questão da sinergia é aqui vital. O todo não deve representar simplesmente a soma aritmética das partes mas algo além e diferente. O novo precisa incorporar um elemento de sinergia, caso contrário não é novo. É meramente uma repetição travestida de “moderna”, no fundo uma mesmice. A virtualidade em si não enche estômagos (diretamente), mas ajudará muitos a fazê-lo, como aliás já está ajudando.

Ajudando como?, pergunto. Hoje, a virtualidade, além de estar sendo usada nas fronteiras militar e industrial (científica, inclusive), já começa a dar os primeiros passos para o consumo de massa (video-games, TV interativa, Internet com voz, movimentos, 3D, etc). Mas o estágio da “inteligência artificial” que viabiliza as manifestações de virtualidade de hoje, daqui a não muito tempo, já parecerá “jurássico”, devido ao atual ritmo acelerado do progresso tecnológico. É importante enfatizar o extraordinário potencial de acumulação que se abre velozmente em função deste vetor de desenvolvimento tecnológico. Tanto a virtualidade tem a capacidade de operar o “real”, transportando à distância e em tempo real, informações que transmitem comandos e sensações (ou seja, ela amplia e torna mais eficiente a operação do “real”), como a virtualidade, em si, implica um novo e dinâmico espaço de acumulação.

Deixada, a virtualidade, a si própria, isto é, seguir seu caminho

“natural”, e estando nós “plugados” a reboque da *bandwagon* da globalização, o que podemos conscientemente esperar? Entre as muitas implicações, cabe aqui apontar especialmente uma. De um lado, a virtualidade continuará sendo aplicada às fronteiras militar, industrial e científica em função das necessidades dos países do primeiro mundo (e de suas empresas, que a dominam tecnologicamente), e a nós, do Sul, caberá receber, sem grande poder de intervenção e decisão (O quê? Quando? Como? Por quê?, etc.) os *spillovers* (as “sobras”), incorporadas inclusive em bens de consumo durável, quando assim convier à dinâmica de algum importante circuito de acumulação em escala global. Provavelmente poderemos produzir alguns destes bens (longe da fronteira tecnológica, evidentemente) e também até inserir, eventualmente, alguns projetistas nas redes mundiais de pesquisa e design de algumas corporações, cuja lógica é, tenhamos sempre claro, a acumulação global. Por outro lado e, conseqüentemente, em matéria de orientar o desenvolvimento tecnológico, seremos incapazes de fazê-lo em função de possíveis prioridades alternativas ao “*mainstream*”, que estabelecemos no sentido de cumprir uma função social e suprir carências de nosso cotidiano. Em função disto, urge reverter esta tendência.

Cabe, assim, a pergunta: por que não direcionar *também* nossos esforços de capacitação tecnológica para melhorar o padrão de vida de uma parte substantiva da população carente brasileira, para melhorar a infraestrutura social do País (estados, municípios e cidades), e para melhorar e agilizar o desempenho das burocracias (particularmente as estatais) deste País? O desafio está posto: deve-se pensar as maneiras de fazê-lo. Na verdade, as gestões participativas parecem já indicar uma das maneiras de fazê-lo. Na verdade, as gestões participativas parecem já indicar uma das direções a seguir (ou a se tentar). Muitas iniciativas e tentativas já estão em curso. Participação dos agentes interessados e transparência nas decisões, podem ser um bom ponto de partida para delinear um caminho contemporâneo para a construção da riqueza social, que se deseja eficaz e o mais democrático possível.

Uma sugestão, só como “aperitivo”, é estimular sessões ou canais interativos no âmbito da Internet, patrocinadas por entidades privadas, governamentais, ou por ONGs, para discutir estes casos, possibilidades e respectivas soluções. Não apenas pode ser um bom aprendizado para um futuro que se deseja construir, como é bem possível que estas iniciativas possam trazer também resultados surpreendentes em curto espaço de tempo. É apostar para ver. (Por que, também, não se criar *video-games* sobre os diversos caminhos e problemas da construção da riqueza social?)

Ovo de Colombo

Qualquer economista/matemático minimamente capaz e sensato, é capaz de perceber o potencial dinâmico de acumulação que existe em um país cuja economia é uma das maiores do mundo mas que é, paradoxalmente, uma das piores em termos de distribuição de renda. Basta que dê a visada adequada, quando olhar o problema, sem ser um estilista do que não é importante. Tanto Keynes, como Kalecki, dois dos maiores economistas deste século, apontaram praticamente em simultâneo, para a elevadíssima propensão a consumir das camadas da população com menor renda, o que, por sua vez, implica um vigoroso multiplicador dos investimentos feitos neste âmbito. A questão é tornar este espaço de acumulação atraente, de fato, para os investidores.

Transformar a demanda potencial em demanda efetiva ou, em português claro, tornar o consumo necessário (as necessidades básicas da população, carente ou não, um consumo possível (para todos), é um poderoso vetor, que amplia o espaço de acumulação endógena de capital, particularmente no Brasil. Isto é de uma obviedade “rodrigueana”. O caminho da favela para o asfalto é pavimentado com bons negócios. Ou seja, a conquista do bem estar coletivo é, em si, potencialmente, um excelente negócio, tanto do ponto de vista micro como macroeconômico.

Melhorar o bem estar destas camadas de baixa renda é fazer com que elas possam comprar roupas, ter alimentação mais adequada, moradias mais dignas e confortáveis, condições de transporte, sistemas de atendimento hospitalar e infra-estrutura sanitária minimamente eficientes, bem como um sistema de (tele)comunicações impecável e um sistema educacional à altura da contemporaneidade que se deseja forjar, entre outras coisas, como também o acesso ao lazer e à cultura. Utilizar o desenvolvimento e a difusão das novas tecnologias de informação na busca desta melhoria de bem estar pode dar sentido real objetivo e prático (como no caso citado da informatização do sistema bancário brasileiro), aos esforços que se fizeram no País para dominar esta nova base técnica.

Consumir, produzir, projetar e empreender

Dominar uma base técnica não significa apenas usar uma tecnologia, ou ter acesso a bens que incorporem esta tecnologia. Isto é muito bom, do produtivo ao conspícuo, mas não é suficiente. Usar, usar, usar. Isto não credencia a nada. No longo prazo, com o que se paga os bens intensivos em

tecnologia, quando forem importados, ou seus *royalties*, quando produzidos aqui?

Neste caso, quando são (ou forem) produzidos aqui, tendem (ou tenderão) já a implicar remunerações mais elevadas para trabalhadores mais qualificados, principalmente quando se domina o saber-fazer. As gradações das exigências para uma atividade produtiva valorizada são diversas e heterogêneas, e levam em consideração desde habilidade manual (em baixa) até capacidade de abstração mental (em alta), passando por seu talento específico no relacionamento (horizontal e vertical) com as pessoas companheiras (inclusive clientes e fornecedores) no trabalho e no abstrato espaço da virtualidade. Produzir, então, representa um outro patamar, distinto e mais elevado que o de meramente consumir as novas tecnologias.

Em estágio mais elevado no contínuo de relação entre bem estar e inteligência social (ou entre inteligência e riqueza social), está a capacidade de se conceber e projetar os produtos de alto conteúdo tecnológico. É no desempenho da capacidade de *design*, de projetar, enfim, de criar as novas TI que estarão os trabalhadores mais bem pagos. E é nela que se apoiarão as empresas mais dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

O conceito de cooperação revaloriza-se, com o nome de parceria, e o de cidadania, enquanto direito adquirido pela participação e engajamento na construção da riqueza social (ver Oliveira, 1966, para uma breve, mas excelente discussão sobre as questões que envolvem a cidadania contemporânea). Do micro ao macro, é possível pensar exemplos de situações onde os distintos agentes afetados por determinadas situações adversas, podem se colocar frente a frente para negociar (ou lado a lado para caminhar), em busca de identificação de *interesses mínimos comuns*. Em torno a estes pode-se estabelecer acordos de mobilização de capacidades econômicas e tecnológicas que venham propiciar *máximos benefícios comuns* aos tais agentes, participantes dos referidos acordos (ver Tauile, 1996).

Por fim, à luz de tudo isso, há que se ressaltar a importância da capacidade de empreender. Com as unidades de acumulação mudando de forma e de estrutura aceleradamente, a capacidade – individual ou coletiva – de colocar em ação um conjunto de recursos (materiais, humanos, financeiros, organizacionais, etc) para operar, de maneira criativa e bem sucedida nos mercados mais dinâmicos da contemporaneidade, é também um talento, e absolutamente precioso.

Trabalhadores qualificados nas novas tecnologias intensivas em inteligência e empreendedores (privados ou públicos) esclarecidos sobre as formas e os espaços contemporâneos de acumulação de riqueza social, são assim, mais do

que nunca necessários. Como são também necessários governantes e administradores públicos que percebam os novos horizontes de interação social e econômica no início deste terceiro milênio, e que estejam sensíveis a estas questões e sintonizados com a noção (digamos, “anti-replicante”) de que, viver bem numa comunidade, pode depender de todos viverem melhor.

Notas finais

Este não é um texto acabado. Ao contrário, ele mais abre, do que fecha questões; propositadamente. A idéia é que as soluções para vários dos complicados problemas aqui delineados devem advir de debates com ampla participação dos agentes afetados e interessados por suas conseqüências. Quem deve conduzir estes conjuntos de debates? Devemos esperar que o Estado, governado por um iluminado presidente o faça?² Está ele preparado para fazê-lo?

Não creio.³ Também sou por sua reforma. Não, porém, como se prega vulgar e ideologizadamente nas diversas mídias e nas vozes oficiais. É necessário termos no Brasil um Estado enxuto, é verdade. Porém, mais do que dar um fim ao Estado fordista e privatizado, é preciso recriar um aparato estatal que seja ágil, flexível e democrático, e que, por isto mesmo, seja forte. E assim capaz de atuar em sintonia com os novos tempos que se descortinam, estimulando a capacidade local de produção de excedente social⁴, regulando, adequada e democraticamente as formas de concessão e operação do serviço público (de mercados cada vez mais promissores), e sabendo (e podendo) representar os interesses desta nação, e de sua economia, diante dos fortes agentes internacionais que lideram (ou apenas participam ‘d’) este avassalador processo de globalização.

² Não sou presidente, nem iluminado, mas faço a minha parte. Se o leitor sentiu-se estimulado com o que leu até aqui (e/ou com o que ainda vai ler adiante), e quiser enviar-me algum comentário, crítica ou sugestão, queira por favor fazê-lo através do endereço eletrônico jrt@ie.ufrj.br. Desde já agradeço pelas eventuais contribuições ao que poderão ser novas versões revistas, ampliadas e aprofundadas deste texto.

³ Para uma discussão sobre o Estado brasileiro neste *fin siècle*, sintônica com as idéias aqui apresentadas, ver o esplêndido artigo “Reforma e contra Reforma do Estado no Brasil”, de Francisco de Oliveira, publicado no n° 68 desta Revista que caiu-me às mãos, e não por tanto acaso, pouco antes de fazer a revisão final deste texto. Por isso o dedico ao “velho Chico”, (que não é o rio, nem tão velho).

⁴ O equacionamento da relação público/privado, bem como a prática da cidadania em sua dimensão contemporânea, são elementos essenciais para delimitar o que seja este excedente social.

Acima de tudo deve ser um Estado que se prepare para ter a sensibilidade de percepção e eficácia de ação necessárias, frente aos desafios que o próximo milênio trará, em todo o seu esplendor, mas também em toda a sua virulência. É importante alertar aqui para o fato de que, com o ritmo aceleradíssimo com que se desenvolvem as novas tecnologias intensivas em informação e inteligência, não só os graus de interatividade crescem exponencialmente, como também aperfeiçoam-se as formas de controle sobre o processo produtivo, sobre o trabalhador e, em última instância, sobre o cidadão. Caminha-se dramaticamente em direção ao futuro, cada vez mais sobre um fio de navalha entre a democracia contemporânea e um “*controlitarismo*” extremo, só concebível, até recentemente, nas mais contundentes obras de ficção sócio-científica.

Há pouco mais de um século, no Brasil, trabalhar era uma vergonha, sob a ótica das oligarquias dominantes. Herança perniciosa, ainda temos muitos resquícios deste tacanho modo de perceber o mundo e a vida. Em contraposição, justamente neste limiar do século XXI, as formas mais bem sucedidas de acumulação produtiva são aquelas que encaram o trabalho não mais meramente como um custo, mas como um recurso fundamental à produção e à operação de qualquer entidade econômica. Só que não se trata mais daquele mesmo trabalho, que deu substância ao fordismo por quase três lustros. Trabalho criativo, instruído, engajado e com poder de decisão -, e por isto mesmo, responsável e respeitado -, são as mais novas formas de atividade que dão direito a “um lugar ao sol” ao cidadão de uma sociedade contemporânea desenvolvida. Não obstante, as condições que permitem o seu exercício mudarão (ou continuarão mudando), e muito rapidamente. Assim como mudarão as maneiras com que as sociedades equacionarão seus próprios preparados para o bem estar.

É preciso estarmos preparados para isso. Para mudar, para continuar a mudar. Mudar.

BIBLIOGRAFIA

- CALDEIRA J. (1995) – *Mauá, o empresário do império*. Rio de Janeiro: Campus.
- GONÇALVES, R. (1994) – *Ô Abre Alas: a nova inserção do Brasil na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- LIPIETZ, A (1996) – “Relações Capital/Trabalho no Amanhecer XXI”, in Fortes J.A.S E e Soares R.M.S.M. (Orgs.) *Padrões Tecnológicos, Trabalho e Dinâmica Espacial*. Brasília: Universidade de Brasília.
- OLIVEIRA F. (1996) – “Reforma e Contra-Reforma do Estado no Brasil”, in *Proposta*, nº 68. Rio de Janeiro: Fase.
- RIBEIRO, D. (1996) – *O Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Cia das Letras.
- TAUILE, J.R. (1989) – “Novos Padrões Tecnológicos, Competitividade Industrial e Bem Estar Social: perspectivas”, in *Revista de economia política* 35, vol. 8, nº 3, julho-setembro.
- _____. (1990) – “A Velha Modernidade”, in *Aquarella do Brasil*, Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.
- _____. (1994) – “Flexibilidade Dinâmica, Cooperação e Eficiência Econômica”, in *Revista de Economia Política*, vol 14, nº 1, janeiro-março.
- _____. (1996) – “Contrato Social de Base Técnica”, in Castro A.B., Possas, M.L. e Proença, A. (orgs). *Estratégias Empresariais na Indústria Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- TAVARES, M.C. e FIORI, J. (1993) – *(Des) Ajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.